



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**Moção apresentada pelo Grupo de Representantes da CDU
- Coligação Democrática Unitária.**

Em Defesa do Património do Aqueduto de Santo Antão do Tojal

O Aqueduto de Santo Antão do Tojal, no concelho de Loures, foi construído em 1728 pelo arquiteto italiano Antonio Canevari, a pedido do primeiro patriarca de Lisboa, D. Tomás de Almeida, ainda antes do aqueduto das Águas Livres, em Lisboa.

Este monumento tem uma extensão de cerca de dois quilómetros, assente em mais de 90 arcos e é um exemplar da arquitetura civil barroca de Santo Antão do Tojal.

Reúne em si vários pontos de interesse, e em 1940 foi classificado como Imóvel de Interesse Público tendo-lhe sido conferida proteção jurídica através do Decreto n.º 30762, de 20-09-1940, posteriormente revogado pelo Decreto n.º 32973, de 18-08-1943, que “Classifica monumentos nacionais e de interesse público vários imóveis em diversos distritos. Inventaria determinados móveis nos distritos de Braga, Funchal e Lisboa.”

Esta classificação, que em 2012 passou a ser designada como Monumento de Interesse Público, incorpora também uma série de outros edifícios, como a Praça Monumental e toda a área murada da antiga Quinta do Patriarca.

Este aqueduto sofreu algumas intervenções de restauro, nomeadamente em 1960 e 1978, tendo sido restaurados apenas 5 arcos. Só em 1991 seria objeto de um restauro de maior envergadura por parte de uma equipa técnica pertencente à então Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, num processo que seria dividido em cinco fases entre 1992 e 2000.

No entanto, esse processo nunca foi concluído. Chegou a existir uma verba no Orçamento do Estado em 2002, ao abrigo do PIDDAC, destinada a essa requalificação, mas que acabou por ser congelada sem que tivesse havido qualquer desenvolvimento.

Até ao dia de hoje, nada mais foi feito no sentido da preservação e requalificação do aqueduto.

O Grupo Parlamentar do Partido Ecologista Os Verdes entregou uma pergunta ao Governo em abril de 2018 solicitando esclarecimentos sobre os motivos que levaram ao congelamento da verba prevista para a realização dessa obra, e que diligências estariam a ser desenvolvidas com vista à requalificação deste monumento e em que data seria concretizada.

Até ao momento, não houve qualquer resposta por parte do Governo.

Para a CDU é importante que o património do nosso concelho seja salvaguardado e valorizado.

Assim, a Assembleia Municipal de Loures, reunida a 28 de fevereiro de 2019, delibera:

/...

- Apelar à Câmara Municipal que tome as diligências necessárias junto da Ministra da Cultura e da Direção Geral do Património Cultural para que as obras de conservação do aqueduto aconteçam;
- Promover uma visita no âmbito da Comissão de Educação, Juventude, Cultura e Desporto da Assembleia Municipal juntamente com técnicos do município por forma a recolher mais informação sobre a matéria;
- Exigir junto do Governo as obras de conservação e requalificação do Aqueduto de Santo Antão do Tojal.

A ser aprovada, esta moção deve ser enviada para:

- Exma. Ministra da Cultura;
- Exma. Secretária de Estado da Cultura;
- Direção Geral do Património Cultural;
- Grupos Parlamentares da Assembleia da República;
- União das Freguesias de Santo Antão e São Julião do Tojal;
- Câmara Municipal de Loures;
- Coordenador da Comissão de Educação, Juventude, Cultura e Desporto da Assembleia Municipal de Loures;
- Associação de Defesa do Ambiente de Loures.

Loures, 28 de fevereiro de 2019

Os Eleitos da CDU (Coligação Democrática Unitária)

(Aprovada por unanimidade)